

Relatório da Audiência n.º [16-COFMA-XIII](#)

Dia: 2 de novembro de 2016

ENTIDADE: PROBEB - Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2017*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Teresa Leal Coelho (PSD), Presidente da Comissão;
- Álvaro Batista (PSD);
- Rubina Berardo (PSD);
- Fátima Ramos (PSD);
- Joel Sá (PSD);
- Paulino Ascensão (BE);
- João Pinho de Almeida (CDS-PP);
- Ana Virgínia Pereira (PCP);
- Bruno Dias (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

A Senhora Presidente deu as boas vindas aos representantes da PROBEB, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência. Sublinhou a importância da participação da sociedade civil neste processo.

A delegação da PROBEB agradeceu o agendamento da audiência, e começou por discordar da conceitualização deste imposto como sendo um imposto de saúde, considerando-o discriminatório. Afirmou que não só a questão do consumo de açúcar não é, em Portugal, premente, como não existem evidências científicas de que a criação de um imposto deste cariz produza algum efeito. Notou que estavam a ser discutidas outras soluções com o Ministério e que foram apanhados de surpresa.

Para além de sublinhar que esta não é uma indústria de produtos importados, a PROBEB realçou que Portugal ficará com a maior carga fiscal da Europa nesta matéria, enfatizando a diferença para Espanha. Mencionou ainda o facto de se verificar uma transferência de marcas

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

de fabricante para marcas mais baratas, referindo-se ainda à dimensão do sector e sua importância.

Em sede de debate, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), manifestando também a sua discordância com o imposto, que, no seu entender, é criado apenas para criar receita, sustentou que o Estado deve informar mas não determinar comportamentos. Considerou ainda que, como é habitual nas políticas fiscais, deveria haver um patamar mínimo para aplicação do imposto, notando, ainda assim, que, em sede de especialidade, o CDS-PP respeitará um princípio de equilíbrio orçamental.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) referiu que o PSD discorda do imposto, uma vez que, considera, não se pretende defender a saúde dos portugueses mas sim criar mais receita. Exteriorizou a sua discordância face à possibilidade de produtos sem açúcar poderem pagar o mesmo que produtos com alto teor de açúcar.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) assegurou que dará conta ao GP PCP das preocupações apresentadas pela PROBEB.

O Senhor Deputado Paulino Ascenção (BE), agradeceu os contributos da PROBEB.

A PROBEB prestou esclarecimentos sobre os números relativos às marcas nacionais e às importações, reiterando alguns dos argumentos já expendidos.

A Senhora Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela PROBEB e deu por encerrada a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2016

A Presidente da Comissão

Teresa Leal Coelho